



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2017

Susta a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, que “dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016”.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

Susta a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, que “dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016”.



SF/17061.02343-05

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, que “*dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016*”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O art. 149 do Código Penal Brasileiro possui a seguinte redação:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Do texto se extrai claramente que qualquer um dos quatro elementos, a saber: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes ou jornada exaustiva, são bastantes para definir escravidão na contemporaneidade.

A Portaria nº 1.129, publicada neste dia 16 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, retira da definição de condição análoga à de escravo as condições degradantes, estabelecendo a existência de cerceamento de liberdade como condicionante para sua caracterização. Bem assim para a "jornada exaustiva".

Ademais, a Portaria nº 1.129/2017 impõe a ausência de consentimento como cláusula para caracterizar trabalho forçado.

É evidente que uma Portaria, como ato administrativo especial que é, não tem o condão de modificar uma lei. Sua natureza jurídica impõe que contenha instruções e normas sobre a aplicação de leis ou regulamentos. Se a interpretação administrativa da lei divergir do sentido e do conteúdo da norma legal que o ato secundário pretende regulamentar, quer porque tenha este se projetado *ultra legem*, quer porque tenha permanecido *citra legem*, quer, ainda, porque tenha investido *contra legem*, a questão acarretará sua ilegalidade.

Por seu turno, o eventual transbordamento, pelo ato regulamentar, dos limites a que materialmente deve estar adstrito, poderá configurar insubordinação executiva aos comandos da lei. A partir desse



SF/17061.02343-05



SENADO FEDERAL

SENADOR LINDBERGH FARIAS


vício jurídico pode-se vislumbrar, em desdobramento, uma violação da Carta Magna, em uma inconstitucionalidade reflexa.

Desde modo, por ilegal e inconstitucional, requer-se seja sustado o ato e cancelado todos os seus efeitos.

Sala das sessões, 17 de outubro de 2017


Senador Lindbergh Farias (Líder do PT)


Senador Paulo Rocha (Vice-Líder do PT)


Regina Sousa (PT/PI)


Paulo Paim (PT/RS)



SF/17061.02343-05

Página: 3/3 16/10/2017 19:24:45

8d375e5c5b7d3dec34aee12ce8ccf574a719e2c5



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - Lei do Seguro-Desemprego - 7998/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;7998>

- artigo 2º-B